



SINAIS¹ DO “DESCONFORTO” NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA PÚBLICA EM RECIFE E OLINDA (1860-1870)

Dayana Raquel Pereira de Lima²

daylima27@gmail.com

Adriana Maria Paulo da Silva

Agência Financiadora: FACEPE/CNPq

adrianampsilva@gmail.com

(UFPE)

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivos a seleção, transcrição, sistematização e catalogação dos registros encontrados nos códices da série Instrução Pública, referentes ao trabalho docente entre Recife e Olinda entre os anos de 1851 a 1871. As fontes utilizadas para a pesquisa foram os documentos manuscritos da série Instrução Pública, pertencentes ao acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Para o desenvolvimento da pesquisa adotou-se uma metodologia de transcrição documental simples, direta e completa dos registros encontrados através de fichas padronizadas e da sistematização quanto-qualitativa dos mesmos. A partir da análise dos registros encontrados, identificamos que o número de licenças médicas e de pedidos de transferências de escolas foram recordistas dentre as solicitações dos professores públicos, para a década de sessenta do século XIX. Estes resultados sugeriram que, no mínimo, já havia um “desconforto” no exercício da docência pública ainda no século XIX, não sendo, portanto, um fenômeno característico do século XX.

Palavras-chave: História da educação. Precarização. Século XIX. Trabalho docente.

Introdução

Em nossa pesquisa de iniciação científica concluída recentemente intitulada “Registros referentes ao trabalho docente na série documental Instrução Pública, entre os anos 1851 e 1871, sob a guarda do APEJE” -, vinculado ao projeto geral intitulado “O trabalho docente em Recife e Olinda (1850-1890)” (SILVA, 2010) – nos deparamos com uma situação interessante ao quantificar os registros obtidos: o número de licenças médicas e de pedidos de transferência foram recordistas dentre as solicitações dos professores públicos atuantes entre Recife e Olinda na década de sessenta do século XIX.

¹ Estamos lidando com registros escassos e fragmentários que, potencialmente, nos aproximarão dos “desconfortos” vivenciados pelos docentes públicos de Recife e Olinda no período em questão. (GINZBURG, 1989).

² Licenciada em História pela Universidade de Pernambuco. Atualmente é mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em face deste “achado” da pesquisa, sugerimos ter havido, no mínimo, um significativo “desconforto” no exercício da docência em ambas as cidades, em um período anterior ao conhecido processo histórico de precarização do trabalho docente.

Um dos primeiros autores a utilizar a expressão “mal-estar docente” foi Esteve, referindo-se à segunda metade do século XX, segundo o qual, as causas que afastam os professores da face “amável” da profissão são: formação inicial pautada em visões idílicas que mascaram a realidade do trabalho docente; problemas de comunicação com os alunos e/ou o mundo no qual o professor está inserido; os problemas de disciplina que tornam os professores incapazes de serem líderes na organização de suas tarefas em sala de aula (ESTEVE, 2005, p. 118-120). Estes fatores têm levado os professores à sua autodestruição ou ao “mal-estar” na profissão. Suas reflexões têm direcionado muito fortemente os estudos acerca da saúde docente.

Juntamente com Esteve, os estudos atuais sobre o trabalho docente, têm utilizado a categoria “precarização” como uma das problemáticas resultantes do processo de globalização econômica emergido no século XX, e, sobretudo, localizada no bojo das discussões das crescentes demandas sindicais. O trabalho do professor público, por essa ótica, tem sofrido crescente precarização, que pode ser identificada por uma série de eventos como baixos salários, excesso de turmas, ausência de tempo disponível ao planejamento das ações, ausência de tempo disponível à formação continuada, falta de estrutura escolar para a realização de seu trabalho, alunos violentos, pais violentos, etc. – causadores, dentre outros fatores, de seu “mal-estar”.

Nesta reflexão utilizamos a expressão “desconforto” e não “mal-estar”, tendo em vista os limites apresentados pelas fontes utilizadas e disponíveis, as quais não têm favorecido a identificação de todos os itens (e nem mesmo da maioria) componentes das categorias “mal-estar” e “precarização”. Some-se a esta limitação a sempre necessária observância aos equívocos do anacronismo na pesquisa em História (LE GOFF, 2003, p.26).

Sobre as dificuldades no exercício da docência na atualidade e no século XIX

Em âmbito nacional as recentes discussões relativas às dificuldades enfrentadas pelos docentes no exercício de seu trabalho vinculam-se, majoritariamente, a análise da chamada

4007





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

precarização do trabalho docente, ou seja, às críticas (sobretudo, sindicais) constantes e crescentes sobre as inadequadas condições de formação e trabalho dos professores brasileiros, principalmente, no âmbito de reorganização do capitalismo contemporâneo (OLIVEIRA, 2004; PASCHOALINO, 2011; SAMPAIO & MARIN, 2004).

Segundo Paschoalino, em seu artigo intitulado *A complexidade do trabalho docente na atualidade*, o “mal-estar docente” vincula-se a inserção do professor na dinâmica capitalista e nos avanços dos meios de informação. No seu entender, as alterações significativas do papel do professor deixam marcas de sofrimento no docente, e possibilitam constatar um distanciamento entre os ideais da profissão e a realidade profissional. E tem relação com o isolamento docente no seu espaço de trabalho, causando sua fragilidade diante do sentimento de culpa que altera significativamente seu desempenho profissional (PASCHOALINO, 2011, p.05).

Oliveira (2004) discutiu como as mudanças nos processos das forças produtivas na última década do século XX, obrigaram a reestruturação pedagógica de gestão escolar, provocando a intensificação do trabalho docente.

Segundo sua compreensão, a transição do modo de produção fordista da década de 1960 para os parâmetros globais de 1990 reformulou a educação em seus aspectos mais centrais: seus objetivos, suas funções e sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas apresentadas. Houve, nesse caso, a tentativa de massificar a educação para fins de “equidade social” em países mais populosos e com grandes desigualdades sociais, dentre eles, o Brasil. A fórmula para este fim, segundo a autora, “será buscada por meio de estratégias de gestão e financiamento, que vão desde a focalização das políticas públicas educacionais ao apelo ao voluntarismo e ao comunitarismo” (OLIVEIRA, 2004, p. 1129).

O apelo ao comunitarismo e ao voluntariado, decorrentes das novas formas de gestão escolar responsabilizaram o professor pelo fracasso ou sucesso da educação básica. Esse direcionamento resultou numa desqualificação e desvalorização dos docentes, pois as reformas em uso tenderam a retirar sua autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização do seu trabalho.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Sampaio e Marin (2004) lançaram uma importante discussão a respeito dos elementos desencadeadores da precarização do trabalho dos professores de ensino fundamental da cidade de São Paulo e os seus efeitos sobre as práticas curriculares.

Estes autores compartilharam da ideia de que as más condições de trabalho são resultantes dos anos 70 do século XX, especialmente nos grandes centros urbanos, agravadas mais ainda nas décadas seguintes, 1980 e 1990, com o aumento expressivo da interferência dos organismos internacionais de financiamento sobre os rumos da escolarização e sobre a formação de seus profissionais.

De acordo com eles, a tentativa de enquadrar a educação brasileira às exigências dos órgãos e agências financiadoras internacionais, o trabalho docente também sofreu algumas mudanças, cuja consequência foi a sua precarização. Estes autores elencaram alguns indicativos da precarização do trabalho docente e suas implicações sobre as práticas curriculares vigentes no país:

1. A falta de habilitação dos professores para ensinarem um leque de disciplinas diferentes, sua atuação em disciplinas diferentes a cada ano.
2. A pauperização do professor público brasileiro decorrente de seu baixo salário. Embora a situação atual tenha melhorado, segundo os autores, o acesso a bens culturais (teatros, cinemas, revistas acadêmicas, etc.) necessários ao enriquecimento profissional e pessoal do professor, ainda está muito aquém de ser alcançado.
3. O uso efetivo das horas de trabalho fora da sala de aula pelos professores– em função do preparo das aulas, da correção de trabalhos dos alunos, do apoio aos alunos nas tarefas extracurriculares e da formação em serviço para os próprios professores– são indicativos da precarização do trabalho docente, principalmente para aqueles que têm dupla jornada de trabalho.
4. O grande número de alunos nas turmas, culminando na evasão escolar e/ou no grau de aprendizagem são também elementos preocupantes de precarização da docência pública.

É no cruzamento das exigências feitas pelos órgãos internacionais com os indicativos de precarização do trabalho docente elencados acima, que Sampaio e Marin (2004) pensaram como os currículos do ensino fundamental da cidade de São Paulo foram elaborados. Detendo-se a





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

atenção em como as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) orientavam os referidos currículos, os autores perceberam que, em alguns deles (não dizem quais nem quantos), havia uma indução à organização do ensino por projetos que expressassem, ao mesmo tempo, as ideias de “vida cidadã”, relações com questões sociais e articulação entre disciplinas.

Contudo, apoiados nos dados trazidos pela UNESCO (2004), os autores mostraram que, em âmbito local, a prática dos professores de nível fundamental da cidade de São Paulo é dificultada em função de organização de suas aulas com base em projetos gerais exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nas condições desfavoráveis de efetivação do trabalho escolar, os projetos que visaram, por exemplo, a articulação de disciplinas, tendo por nome de “interdisciplinaridade”, muitas vezes foram usados apenas para nomearem um tipo de trabalho em conjunto; fato diferente do compartilhamento de problemas, estratégias de investigação e categorias conceituais entre diversas disciplinas. Mesmo que não houvesse projetos conjuntos nas escolas, segundo os dados da UNESCO (2004), tratou-se de um “artifício” utilizado pelos diretores para que as escolas recebessem alguns recursos, diante da insuficiência estrutural das escolas para o trabalho pedagógico. (SAMPAIO; MARIN, 2004, p. 1217-1220).

Para Sampaio e Marin (2004), a mudança de organização do currículo do ensino fundamental na cidade de São Paulo foi comprometida pela precarização do trabalho escolar, especialmente se referidas às condições de formação e de trabalho do professor.

Em âmbito local, identificamos os trabalhos de Gasparin (GASPARIN, BARRETO & ASSUNÇÃO, 2005) e de Mendes (MENDES, 2006), os quais focaram na problemática do adoecimento docente, respectivamente, na rede estadual de Minas Gerais e na rede municipal do Recife.

Gasparini, Barreto e Assunção (2005) estudaram as relações existentes entre as reais condições de trabalho do grupo geral de servidores da Secretaria Municipal de Educação de Minas Gerais e os efeitos sobre a sua saúde por meio das licenças médicas anexadas ao Relatório preparado pela Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica (GSPM) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, relativas aos afastamentos do trabalho desses servidores, de abril de 2001 a maio de 2003. A partir da quantificação dos dados correspondentes aos servidores afastados, por





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

cargos, e o grupamento de diagnósticos causadores dos afastamentos no período estudado, identificaram que mais de 40% dos professores se afastaram por causa de transtornos psíquicos menores e comportamentais (os autores não detalham quais são) quando comparados a outros grupos (GASPARINI; BARRETO & ASSUNÇÃO, 2005, p. 196).

O estudo feito por Gasparini, Barreto e Assunção (2005) ainda carece de conclusões, entretanto, os autores afirmaram a necessidade de um aprofundamento a respeito dos perfis das doenças dos professores, embora, já soubessem que os transtornos psíquicos eram os principais causadores de afastamento dos mesmos. Seriam úteis também, segundo os autores, estudos voltados à compreensão entre as mudanças educacionais propostas e as realidades nas quais estão inseridos os docentes.

Para o caso do Recife, o trabalho de Mendes (2006) analisou as ações da Secretaria de Educação da Cidade do Recife, que implantou o GAS (Gerência de Atendimento ao Servidor), na tentativa de promover a melhoria da qualidade da vida dos servidores e, conseqüentemente, do seu rendimento profissional com ações educativas e preventivas numa visão biopsicossocial. Esta ação, pretendeu também prevenir e administrar conflitos entre os servidores, visando a assegurá-los direitos e obrigações. Contudo, Mendes concluiu que, embora tenha havido ações públicas preocupadas com a saúde dos professores no Recife, estas ainda foram insuficientes para a resolução do problema e enfatizou a necessidade de valorização do magistério por meio de políticas públicas de saúde adequadas.

Com relação ao século XIX, localizamos uma reflexão a respeito da saúde dos docentes na província do Espírito Santo (SIMÕES, SALINS & TAVARES, 2008).

Vinculados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas, do Departamento de Psicologia da UFES (NEPESP/UFES), Simões et. al. investigaram em que medida as dificuldades ou falta(s) que impedem o exercício do trabalho docente no presente – baixos salários, falta de estrutura nas escolas, violência escolar, falta de materiais – podem dialogar com as condições do trabalho docente entre os anos de 1850 e 1885.

Explicando o sentido dos seus “achados” a partir da análise das licenças médicas encontradas no Fundo de Educação do Arquivo Público do Espírito Santo, estes autores. fizeram a seguinte afirmação a respeito do período entre 1850 e 1885:

4011





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Ainda que os registros em que a saúde de professores aparece explicitamente ligada às condições de exercício da docência praticamente não tenham sido identificados em nossa pesquisa, entendemos que, ao considerar os deferimentos das licenças médicas concedidas a professores no contexto que marcaram o exercício do magistério no Espírito Santo, no século XIX (por exemplo: insalubridade, baixos salários, desprestígio social, acúmulo de atividades, etc.), podemos inferir que, em face à dureza da realidade descrita, a atividade docente apresentava riscos e constrangimentos que poderiam fragilizar os professores no passado (SIMÕES, SALINS & TAVARES, 2008, p. 38)

Observemos que os autores assumem terem feito inferências a respeito das árduas condições de trabalho implicarem em “riscos e constrangimentos” ao trabalho docente no século XIX.

No que diz respeito ao trabalho docente no império do Brasil, a síntese produzida por Gondra e Schueler, a partir dos trabalhos produzidos em todo o país, afirmou que, é necessária uma reflexão acerca de sua diversidade, reconhecendo a heterogeneidade instaurada também em termos de matéria educativa. Compreenderam como os mecanismos escolares modernos – frutos da organização da sociedade e da construção do Estado brasileiro – conviveram de modo tenso com a multiplicidade e desigualdade das formas de educação e de instrução coexistentes ao longo do século XIX (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 291).

Com relação a Pernambuco, o trabalho de Adriana M. P. Silva, argumenta que, os docentes públicos atuantes na província estiveram na linha de frente, juntamente com as famílias e os políticos locais e provinciais, construindo as práticas de escolarização provinciais e, ao mesmo tempo, definindo os componentes técnicos, políticos e pedagógicos constitutivos da docência no período, entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Muito embora a autora não tenha trabalhado com esta ideia de “desconforto”, ela demonstrou o quanto os professores públicos, naquela ocasião, estiveram tensionados entre a sua necessidade de sobrevivência e as difíceis condições materiais e políticas reais para o exercício do ofício (SILVA, 2007, p. 149-267).

Os casos de professores públicos nos códigos da série Instrução Pública (1860-1870)

Para o desenvolvimento da pesquisa adotamos a estratégia de transcrição simples, direta e completa (AROSTEGUI, 2006) dos registros encontrados. Posteriormente, procedemos à

4012





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sistematização quanto-qualitativa dos mesmos e iniciamos a elaboração de alguns gráficos com os resultados desta sistematização.

A série Instrução Pública (IP) é composta por códices– livros de documentos manuscritos– nos quais está encadernada uma parte das correspondências de vários tipos (trabalhos, petições, ofícios e etc.) recebidas pela presidência da província, remetidas pelos mais variados setores da administração provincial e, especificamente, relacionada à instrução pública e ao trabalho docente. Estão lá, por exemplo, alguns mapas com o quantitativo das escolas públicas particulares por freguesias e municípios; autorizações para a abertura de escolas; pedidos de dispensa de professores públicos; relatórios dos inspetores da instrução pública; abaixo-assinados ou ofícios demandando a criação ou o fechamento de cadeiras ou aulas; relações de gastos materiais com escolas e aulas; relações de professores que atuavam na Província; listas de professores aprovados ou não em concursos públicos para o magistério público – bem como as provas de alguns destes –; atestados médicos, entre outros (SILVA, 2010).

Com relação aos professores de Recife e Olinda, localizamos 808 registros específicos, dentre os quais uma média de 171 solicitações dos poderes públicos. Contabilizamos a existência de 365 professores públicos e 272 professores particulares. A tabela a seguir demonstra a quantidade os registros, encontrados nos códices da série Instrução Pública entre os anos de 1860 e 1870:

REGISTROS ENCONTRADOS NOS CÓDICES DA SÉRIE IP (1860-1870)	
Poderes públicos	171
Professores públicos	365
Professores particulares	272
Total	808

Dentre as 365 solicitações feitas pelos professores públicos em Recife e Olinda, os registros de licenças, transferências e os pedidos de gratificações foram os recordistas. E quando examinamos estes itens especificamente, verificamos que os registros de licenças excederam os outros dois. Dentre as licenças solicitadas, as licenças médicas foram as recordistas.

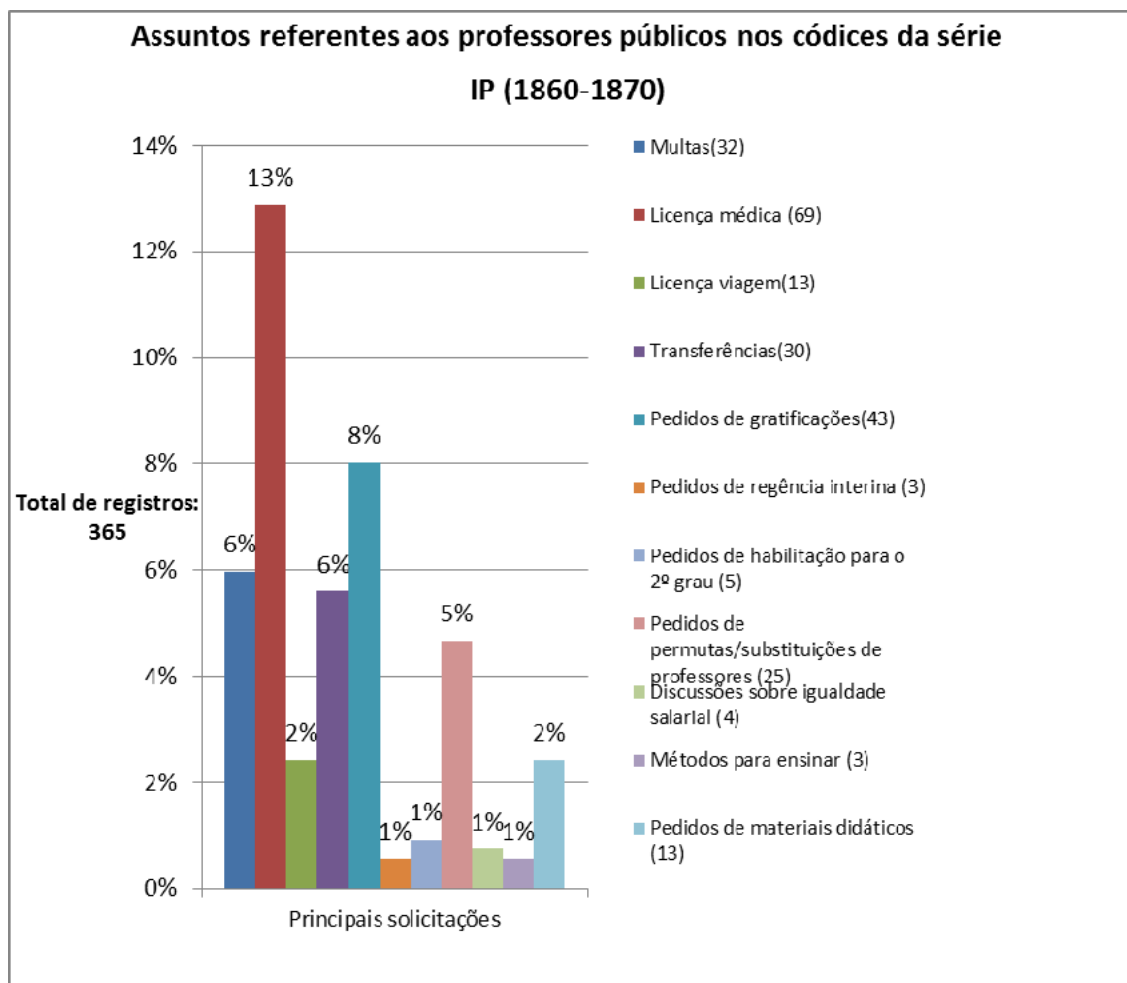
Vejamos o gráfico a seguir:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5



A maioria dos professores públicos requeria as licenças médicas, pretendendo obtê-las e gozá-las com a continuidade do pagamento dos seus salários. O que, segundo os registros obtidos, era um problema para as autoridades porque, sendo assim, tinham que pagar duas vezes pelo mesmo serviço: uma vez ao professor “doente” e outra ao “substituto” dele.

No caso das licenças médicas, dos 69 pedidos, 93% dos professores públicos comprovaram sua moléstia com atestado médico. Presumimos que esta recorrência derivasse das exigências (e desconfianças) das autoridades da instrução pública com relação à veracidade das doenças alegadas pelos professores.

A quantificação dos pedidos de licenças médicas mostrados acima nos permitiu fazer um esforço de pensar se havia alguma relação entre as exigências (e desconfianças) dos diretores da instrução pública com a política da época.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em âmbito nacional, identificamos o trabalho de Mattos (1987), intitulado “O tempo Saquarema”, o qual focou a importância do projeto Saquarema no Império do Brasil, precisamente no Rio de Janeiro.

Mattos (1987) discutiu a formação do Estado Nacional brasileiro por um pequeno grupo sediado na província fluminense (Rio de Janeiro), a chamada “trindade saquarema”³, entre os anos finais do período regencial e o alvorecer da “época liberal” da década de 60. Este grupo imprimiu uma “Ordem Imperial” própria com a finalidade de manter os dois principais monopólios herdados da colônia: a propriedade de terra e a mão-de-obra.

As diferenças entre os grupos políticos no Império do Brasil- Luzias e Saquaremas- apoiavam-se na forma como o Estado agia sobre o governo da Casa. Os Luzias pensavam na prevalência do poder Legislativo sobre o Executivo, imprimindo um Estado extremamente favorável aos poderes locais e sem ser contrário ao Governo da Casa. Em oposição, os Saquaremas propunham uma relação distinta entre o Executivo e a Câmara, dando fim as pressões internas por meio de um projeto de governo para o Império e garantindo o poder da Casa. Nestas direções, os Saquaremas saíram vitoriosos.

Esta vitória Saquarema decorreu, dentre outros fatores, da adesão aos princípios de “Ordem” e “Civilização” como um fator de unificação deste grupo tão amplo. Grupo composto não só pela alta burocracia imperial e pelos proprietários rurais espalhados pelas regiões distantes do Império, mas pelos “professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes “não públicos”” (MATTOS, 1987, p. 3-4. *Grifo nosso*).

Em âmbito local, os trabalhos de Cavani (2005; 2007), intitulados “Eleições gerais e desordem no Império (1840-1880)” e “Às urnas, cidadãos!”, respectivamente, através das notícias de jornais que circulavam na província de Pernambuco da época, procurou entender como as eleições no Brasil, considerando as suas peculiaridades no espaço urbano e rural, eram significativas para a ordem social dominante e para estabelecer os lugares das classes populares no processo eleitoral.

³ Trindade composta por Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, Paulino José Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai e Eusébio de Queirós (MATTOS, p.108, 1987).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Estas eleições eram realizadas com regularidade, sempre que a lei determinava. Normalmente, as escolhas de vereadores, deputados e juízes de paz (magistrados que exerciam nas paróquias as funções de juiz de casos mais simples), ocorriam de quatro em quatro anos. De dois em dois anos, havia eleições para os deputados provinciais. Para o Senado só havia eleições em caso de morte de seus membros, já que este cargo era vitalício. “Pelo que se sabe, nunca se deixou de cumprir o calendário eleitoral no Império, mesmo em tempos difíceis, como o da Guerra do Paraguai, quando só não houve pleito na província do Rio Grande do Sul, dada a sua proximidade com o conflito” (CAVANI, 2007, p.02).

As eleições em Pernambuco no Império do Brasil, portanto, devem ser interpretadas como espaços destacados de clientelismo e mandonismo entre a ordem social dominante e os populares. Os processos eleitorais apoiavam-se numa relação em que, também, os populares (participantes indiretos) conseguiam barganhas dos participantes ativos.

Cruzando os estudos de Mattos (1987) e de Cavani (2005; 2007) aos “achados” de nossa pesquisa, pensemos em como na década de 60 – final do “tempo Saquarema”- o abandono dos professores públicos de suas aulas por motivo de saúde foi um problema para os diretores da instrução pública, sobretudo em tempos de eleições. Se considerarmos que o ano de 1856 foi um ano eleitoral, conforme mostrou Cavani (2005), para a década de 60, três foram os anos de eleições para vereadores, deputados e juízes de paz, 1860, 1864 e 1868.

Fazendo o esforço de tentar perceber se havia alguma diferença ou não entre as medidas tomadas pelos diretores gerais nos referidos anos eleitorais, identificamos a filiação partidária de alguns dos presidentes da província e de seus diretores da instrução pública, tendo em vista que no Império do Brasil, as nomeações dos cargos do funcionalismo público tinham relação com os partidos políticos da situação (Cavani, 2005).

Em 1860, o governo presidente da província, José Luiz Barbalho Muniz Fiuza, e o respectivo Diretor Geral da Instrução Pública, descreveram 07 casos de licenças médicas e 03 casos de transferências dos professores públicos de Recife e Olinda. Em 1863, um ano antes das eleições de 1864, identificamos 11 pedidos de licenças médicas e 05 pedidos de transferências. Um





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

crescimento lento, se compararmos as solicitações correspondentes aos anos de 1864 e 1868, abordadas mais adiante ⁴.

Em 1863, um ano antes das eleições de 1864, podemos verificar um exemplo como a comprovação dos atestados médicos eram critérios decisivos de aprovação das licenças médicas. Através da descrição feita pelo Diretor Geral da Instrução Pública Joaquim Pires Machado Portella, o professor João Antônio da Costa Medeiros, de São Frei Pedro Mártir (freguesia central de Olinda) só obteve a aprovação de seu pedido de três meses de licença com ordenado para tratar de sua saúde, porque comprovou a sua doença (a fonte não informa qual) com atestado médico ⁵.

Em geral, para a década de sessenta pesquisada, ainda não encontramos nenhum dos atestados médicos e tampouco uma definição para os critérios usados pelas autoridades educacionais para marcarem o tempo de duração das licenças médicas. Encontramos registros contendo concessões com prazos muito diferentes: alguns de 20 dias– como no caso da licença concedida a uma professora do Recife, Vitória Guilhermina, em 1863– e outra de 01 ano– concedida ao professor público (o documento não mostra seu nome) de S. José (uma das freguesias centrais do Recife), em 1860 ⁶.

Os casos de pedidos de prorrogação de licenças por parte dos professores públicos também emergiram na documentação, mas, nos parece ter sido comum que as autoridades, quando as autorizavam, tendiam a fazê-la reduzindo o seu tempo.

O professor da freguesia de Santo Antônio, padre Vicente Ferreira de Siqueira Varejão, com comprovação médica, requereu à presidência da província uma prorrogação da sua licença de dois meses, para mais três meses. Apesar da comprovação, o Diretor Geral Interino ajuizou que, um mês de prorrogação seria mais do que necessário para o reverendo ⁷.

Não podemos ainda falar a respeito da existência de um padrão, tanto para os pedidos de licenças dos professores, quanto para as respostas dadas pela Diretoria Geral da Instrução pública. Contudo, ao longo da década de 1860, percebemos que as autoridades tornaram-se desconfiadas,

⁴ Luiz Barbalho Muniz Fiuza foi o 29º presidente de Pernambuco. Nomeado em 15 de julho de 1859, tomou posse em 15 de outubro do mesmo ano e governou até 23 de abril de 1860. Era natural da Bahia, formado em direito, e foi depois barão de Bom Jardim (COSTA, 1984, p. 168).

⁵ APEJE. Série Instrução Pública – IP 15 (1863). P. 199

⁶ APEJE. Série Instrução Pública – IP 14 (1862). P. 90 e IP 12 (1860). p. 282, respectivamente.

⁷ APEJE. Série Instrução Pública – IP 22 (1868). p. 199.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

e uma delas chegou a afirmar que “a prática de pedir licenças vai-se tornando abusiva e consequentemente prejudicial ao ensino”⁸. Tentar discutir a existência e compreender o sentido deste “abuso” é uma das tarefas ainda a serem feitas pela pesquisa na qual estamos trabalhando.

Ao sistematizar os dados sobre os pedidos de transferência dos professores de Recife e Olinda, num total de 30 registros, percebemos a preferência dos professores em atuarem na capital - nas freguesias centrais - Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista – ou em freguesias suburbanas, porém próximas da capital como Apipucos, Várzea e Afogados. Dentre estes casos, apenas 17% (5 casos) dos registros referem-se a pedidos de transferência de professores para as cidades do interior. Averiguando os dados registrados em 177 situações, percebemos um fluxo de 55% (97 casos) dos professores para a capital ou localidades próximas. Tendo, portanto, havido uma regularidade na direção das transferências: das localidades afastadas para a capital. Este foi um padrão comum desde a época da Independência. A possibilidade de exercício do magistério nas principais cidades da província foi um chamariz para os professores e professoras que atuaram no interior. Além de permitir uma vivência em ambientes com maior urbanidade, nas principais cidades os salários dos docentes públicos eram maiores e estes ainda podiam ganhar uma gratificação pela quantidade de alunos em sala de aula (SILVA, 2007).

Houve casos de transferências que se resolveram rapidamente e outros que se arrastaram por anos. O caso particular da professora D. Cosma Joaquina de Lima Nunes, apareceu ao longo de quase todo o período investigado. Em 1860, segundo o Diretor Geral da Instrução Pública José Soares de Azevedo, a professora teve seu pedido aceito para assumir a cadeira pública de São Frei Pedro Gonçalves (bairro central de Recife), tendo em vista a sua capacidade profissional. Em menos de um ano, a 14 de maio de 1861 esta professora – que não era concursada – já estava regendo a aula pública feminina de Olinda e apareceu na documentação solicitando ser transferida para a freguesia de Santo Antônio (outro bairro central de Recife), sendo reprovada pelo Diretor Geral da Instrução Pública. No ano seguinte, em 23 de maio de 1862, D. Cosma Joaquina de Lima Nunes solicitou ser transferida para a cadeira de instrução pública e elementar de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, independentemente da realização concurso, por razões

⁸ Parecer emitido pelo Diretor Geral João Franklin da Silveira Távora, em 03 de janeiro. APEJE. Série Instrução Pública – IP 22 (1868). P. 02.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que não foram detalhadas no relatório do Diretor Geral da Instrução Pública de então, Braz Florentino Henrique de Souza. Persistente, no ano seguinte, em 4 de março de 1863, D. Cosma Joaquina de Lima Nunes requereu ser transferida para qualquer cadeira de instrução primária criada ou vaga na província de Pernambuco. Nesta ocasião, o novo Diretor Geral da Instrução Pública Joaquim Pires Machado Portella, mantendo-se firme às resoluções anteriores, indeferiu seu pedido. Em 16 de fevereiro de 1864, D. Cosma solicitou o despacho para ensinar meninas pobres em Boa Viagem. Solicitação aprovada pelo Diretor Geral da Instrução Pública José Soares de Azevedo, visto o cumprimento das obrigações do magistério: título em 30 de abril de 1861. Em 16 de março de 1865, a professora já aparece solicitando a comprovação da entrega dos seus mapas de aula do exercício da docência em Vitória – localizada na Mata Norte, a pouco mais de 50 km de Recife. Finalmente, no ano de 1868 reaparece ainda exercendo a docência em Vitória.

A falta de detalhes impostos pelas fontes não nos permite afirmar os motivos pelos quais a professora solicitou as diversas transferências, chegando em 1868 a ensinar num local bastante distante do Recife. No entanto, D. Cosma, professora particular tentou por diversas vezes fazer parte do professorado público sem fazer concurso. Algumas vezes ela conseguiu, mesmo que temporariamente, como professora interina. Outras vezes não foi possível porque as autoridades locais não permitiram.

Então, o longo processo de transferências solicitado por D. Cosma Joaquina, talvez, tenha sido uma “estratégia” utilizada para melhorar as suas condições de exercício da docência, que lhe seriam viáveis se a mesma trabalhasse na capital.

Adentrando as especificidades do ano eleitoral de 1864, por razões que ainda estamos investigando, houve um aumento dos pedidos de transferência a partir deste mesmo ano, e estas foram alvo das medidas de regramento tomadas pelas autoridades, com a lei nº 598 de 13 de maio deste mesmo ano. Esta lei determinou as condições que permitiram aos docentes solicitarem transferências, a saber:

- a) Serem reconhecida e publicamente assíduos(as) no exercício do ofício,
- b) Vivenciarem, eles ou suas esposas (maridos) ou filhos uma doença cuja cura dependesse, a juízo médico, da sua mudança de lugar de trabalho/residência;





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

- c) Contraírem inimizades locais que lhes impedissem de continuar no magistério, desde que os motivos das inimizades não derivassem de erros ou delitos cometidos por eles, pelos quais devessem ser punidos⁹.

Das três condições estabelecidas pela lei acima, duas são relacionadas a vínculos pessoais pelos professores públicos. Esta particularidade, talvez, teve alguma relação com as medidas de governo do vice-presidente liberal Domingos de Souza Leão, Barão de Vila Bella, o qual colocava a instrução pública no “rol” das principais medidas de seu governo. Foi deste mesmo ano a implementação da Escola Normal¹⁰.

Em outra interpretação, sugerimos também que as medidas de regramento impostas aos professores públicos com relação aos pedidos de transferências mantinham algum vínculo com a política local e os partidos políticos da situação. Seguindo a diferenciação entre liberais e conservadores exposta por Mattos (1987), os critérios pessoais atribuídos aos pedidos de transferências podiam decorrer da prioridade dada à política local, característica principal de um governo liberal.

A partir das condições estabelecidas por essa lei, foram crescentes os pedidos de transferências por motivo de saúde por parte dos professores. A este respeito, o caso ocorrido em 21 de dezembro ano de 1864, depois da lei nº 598 de 13 de maio de 1864, o Diretor Geral da Instrução Pública Silvino Cavalcanti de Albuquerque, aprovou o pedido de remoção da professora de Escada— localizada na Mata Sul, a pouco mais de 50 km do Recife— D. Maria da Assumpção, para a recém-criada cadeira de Santo Antônio— em um dos bairros centrais do Recife—, sob o argumento que sua mãe em “idade avançada” sofria consideravelmente de reumatismo articular(...), doença da qual estava piorando no lugar onde morava e que precisava ser tratada

⁹ APEJE. Série Instrução Pública – IP 16 (1864). P. 285

¹⁰ Domingos de Souza Leão (Barão de Vila Bella) entrou na vida política em 1842, através de sua filiação ao partido conservador. Em 1848, dissolvida a câmara pelo partido conservador, Domingos Leão foi nomeado suplente da mesma. Mais tarde trabalhou como deputado conservador, nas legislaturas de 1853 a 1856 e de 1857 a 1860. Em 1863, sob a presidência do Marques de Olinda, houve a dissolução da câmara dos deputados e nascendo desta situação o partido progressista, com o seu programa de ideias e reformas, agregou um grupo de antigos conservadores. Dentre eles, destacavam-se Zacarias, Nabuco, Paes Barreto e o próprio Barão de Vila Bella. Em 1864, foi nomeado, então, vice-presidente da província (COSTA, 1984, p. 264-267).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

“constantemente” “pelos facultativos” (médicos do Recife) ¹¹. Suas alegações foram atestadas pelo “juízo uniforme de três médicos, do Delegado Literário é o Juiz Municipal do lugar e do vigário”. Segundo o Diretor Geral da Instrução Pública, embora, apenas dois dos três médicos tivessem “alguma procedência”, a professora estava dentro dos procedimentos legais e, por isso, conseguiu a aprovação.

Outro caso interessante foi descrito pelo Diretor Geral Silvino Cavalcanti de Albuquerque, em 1865. Preocupado com as concessões das transferências requeridas pelos professores por motivo de doença, o Diretor Geral da Instrução Pública declarou ao Presidente da Província que, em sua opinião, os motivos alegados por uma professora chamada Guilhermina Silva, sobre seu mau estado de saúde e sobre as inimizades de seu marido em Gravatá- localizado no Agreste a 80 km da capital-, pedindo para ser transferida para a cadeira do Poço da Panela (subúrbio do Recife) que ainda nem tinha sido posta em funcionamento, não procediam, visto que,

[...] faz crer que de sua parte é desejo de peregrinar de cadeira em cadeira. O que não deve ser permitido, ainda mais sendo a moléstia que alega— asma — tornada crônica, tendo em qualquer lugar para onde vá, de sofrer os seus ataques, como, aliás, depreende de sua mesma petição. Além do que a suplicante não tem mostrado pelo ensino público esse zelo e interesse que se deseja ¹².

A solicitação de transferência da professora Guilhermina foi feita em 24 de abril de 1865, depois de estabelecida a mencionada lei nº 598. E a desconfiança do Diretor Geral da Instrução Pública, comum em outros casos, nos faz imaginar as dificuldades vivenciadas pela categoria, nestes assuntos, na época.

Voltando às regras instituídas naquela legislação, com relação às condições para a solicitação transferências, vemos que o legislador reconhecia a existência de dois motivos fundamentais e “justos” para aquelas solicitações: as situações de adoecimento (o desconforto físico pessoal ou familiar) e as inimizades adquiridas pelos docentes em seus locais de atuação (o desconforto social). Os casos das professoras Maria da Assumpção e Guilhermina, mostrados acima, não fugiram as regras estabelecidas pela lei nº 598.

¹¹ Parecer emitido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, João Franklin da Silveira Távora. APEJE. Série Instrução Pública – IP 16 (1864). P. 420.

¹² APEJE. Série Instrução Pública – IP 17 (1865). Pp. 182 (F e V) e 183.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Antes da promulgação da lei nº 598, houve casos polêmicos. Em um deles, um professor, segundo as autoridades da instrução pública, utilizou uma doença como pretexto para se transferir e abandonar o magistério. Este caso ocorreu em 01 de julho de 1863, com o professor (a fonte não informa seu nome) de outra cadeira (a fonte não informa o lugar) que teve seu pedido de licença de trinta dias indeferido para se mudar com sua família para a vila do Bonito— localizado no Agreste, a pouco mais de 100 km do Recife—. Segundo o argumento do Diretor Geral da Instrução Pública Silvino Cavalcanti de Albuquerque, o professor, no início do mesmo ano, afirmou estar com cólera para abandonar a sua cadeira e ir a Bonito, onde passou cerca de dois meses. O professor se relevou do abandono da cadeira e ganhou retribuição de seu trabalho, que não executou, quando o seu duplo caráter de funcionário público e Padre obrigava-o a permanecer no lugar. Talvez este caso tenha colaborado para o aumento da “desconfiança” por parte da presidência da província que, fez referência a ele ao indeferir o pedido de um mês de licença feito pelo professor (a fonte também não informa seu nome) de Paratibe— Região Metropolitana do Recife, atualmente pertence à subdivisão administrativa do município do Paulista, a 17 km da capital— para se mudar para Boa Viagem (bairro que fica ao sul do Recife). Segundo o Diretor Geral da Instrução Pública, o professor de Paratibe estava, em igual circunstância do caso do professor de Bonito.

E depois de ter indeferido os dois pedidos, o Diretor Geral da Instrução Pública expressou sua opinião com relação à importância do magistério para a província de Pernambuco,

Não satisfeito, o Diretor Geral da Instrução Pública expressou sua opinião com relação à importância do magistério para a província de Pernambuco,

[...] o magistério tem uma missão muito nobre e espinhosa a desempenhar, em proveito da sociedade, e não pode e nem deve ser considerado na esfera das profissões mercantis, em que o que mais rende, com menor soma de sacrifícios, é o que mais vale¹³.

Este e outros casos ocorridos anteriores a lei nº 598, talvez tenham motivado a sua promulgação no ano de 1864, com a finalidade de regrad legalmente as constantes mudanças

¹³ APEJE. Série Instrução Pública – IP 15 (1863). Pp. 170 (V)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

solicitadas pelos docentes, por variadas razões e, possivelmente inclusive, pelos motivos expressos na afirmação do Diretor Geral da Instrução Pública, acima descrita.

Contudo, a promulgação da lei nº 598 não diminuiu as práticas de transferências por motivo de saúde por parte dos professores públicos. Em 1868, mais um ano eleitoral, vimos a preocupação do Diretor Geral da Instrução Pública, João Franklin da Silveira Távora, com relação à concessão das licenças médicas a todos os professores que as solicitavam, gerando, o conseqüente abandono das cadeiras. Fato que, segundo o Diretor Geral, prejudicava a instrução pública precisamente no momento em que o aprendizado e o desenvolvimento pelo gosto da matéria tornavam-se importantes para aos alunos¹⁴.

Novamente na presidência do governo liberal de Domingos de Souza Leão, o Barão de Vila Bela, aumentou-se a preocupação do Diretor Geral da Instrução Pública quanto aos pedidos de licenças médicas dos professores públicos e os conseqüentes abandonos de suas cadeiras¹⁵. Neste mesmo ano, quantificamos 31 pedidos de licenças médicas por parte dos professores, demonstrando um crescimento de cinco vezes se compararmos com a quantidade de pedidos referentes ao ano de 1860, bem como este quantitativo foi correspondente a 50% do total do número de licenças médicas quantificadas para a década de sessenta (69 pedidos).

Contudo, ainda precisamos investigar os elementos que desencadeavam estas práticas, antes e depois, a promulgação da lei. Bem como, se o aumento dos pedidos de licenças médicas e transferências continuavam a crescer nos anos eleitorais.

Considerações finais

Os crescentes registros de licenças e transferências presentes nos códices da série *Instrução Pública* da década de sessenta do século XIX nos permitem presumir que o trabalho

¹⁴ APEJE. Série Instrução Pública – IP 22 (1868). P. 26

¹⁵ Ainda em 1868, precisamente no segundo semestre do ano, o partido conservador subiu ao poder. O Barão de Vila Bela, longe de recolher-se a vida privada, dedicou os seus esforços a unir e consolidar o partido liberal, e encaminhá-lo na luta contra a oposição. Neste mesmo ano foi eleito presidente do diretório central do partido. (COSTA, 1984, p. 265).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

docente foi marcado por “desconfortos” antes mesmo da emergência da precarização, não sendo, portanto, um fenômeno característico do século XX.

Ao mesmo tempo, nem todos os elementos desencadeadores da precarização do trabalho docente apontados hoje em dia-- jornada de trabalho extensa, muitas turmas para cada professor, muitos alunos por turma, escolas sem equipamentos, pais desinteressados, alunos violentos, currículos muito grandes, nenhum tempo para o planejamento das aulas, falta de formação continuada, falta de acesso às novas mídias, desvalorização social da profissão e baixos salários, dentre outros – foram encontrados nas fontes. Contudo, os baixos salários, um dos principais elementos discutidos atualmente, sobretudo, pelas demandas sindicais, não foram durante a década de sessenta do século XIX, a preocupação central por parte dos professores públicos, tendo em vista que apenas 1% dos registros quantificados correspondeu às discussões salariais.

Por fim estamos tentando amadurecer uma reflexão sobre o lugar destes “desconfortos” registrados nas fontes na vida e no trabalho dos docentes do século XIX. Seguimos, em meio a várias outras dúvidas, nos perguntando: a grande quantidade daqueles registros indicam que aqueles “desconfortos” eram causados pelo exercício da docência, constitutivos àquele este exercício? Ou, o uso de tais expedientes tornou-se, com o passar do tempo, uma estratégia utilizada pelos docentes para amenizarem as dificuldades cotidianamente enfrentadas na docência?

Referências

Fontes manuscritas pesquisadas e transcritas

- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE);
- Série Instrução Pública – IP 12 (1860), IP 13 (1861), IP 14 (1862), IP 15 (1863), IP 16 (1864), IP 17 (1865), IP 22 (1868) e IP 24 (1870).
- PERNAMBUCO. Lei n. 369 de 14 de maio de 1855. **Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco.**
- PERNAMBUCO. Lei n. 598 de 14 de maio de 1864. **Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco.**

Livros, artigos e obras de referência citados

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método.** Bauru: EDUSC, 2006.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos 1824-1833**. Recife, FUNDARPE. Diretoria de assuntos culturais, 1984, v. 9. II. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, 10).

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife, FUNDARPE. Diretoria de assuntos culturais, 1981, v. 9. II. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, 10). 816p.

ESTEVE, José M. Bem-estar e saúde docente. **Revista Prelac: projeto nacional de educação para a América Latina e o Caribe**. n. 1. p. 117-133. Junho, 2005.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Maria Sandhi; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2. maio/ago. p. 189-199, 2005.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In. GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras: 1989. 143-180p.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. 320p.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema. A formação do estado imperial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MENDES, Maria Luiza Maciel. **Condições de trabalho e saúde docente**. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_2/condicoes_trab_saude_docente.pdf. p. 01-10, 2006. Acesso em de 14 de agosto de 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**. vol.25, nº. 89, p. 1127-1144. Campinas Set./Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>. Acesso em: 04 de setembro de 2011.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **A complexidade do trabalho docente na atualidade**. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema6/QuartaTema6Artigo2.pdf. p. 01-11. Acesso em 16 de julho de 2011.

ROSAS, S. Cavani. Eleições gerais e desordem no Império(1840/1880). In: XXV Reunião Anual da SBPH, 2005, Rio de Janeiro. Anais do XXV Reunião Anual da SBPH. Curitiba : SBPH, 2006. p. 217-224.

ROSAS, S. Cavani. "Às urnas, cidadãos!". Escapando ao controle das elites políticas, as eleições no Império eram períodos de grande desordem, que muitas vezes terminavam em pancadaria e morte. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, p. 56 – 59. 01 nov. 2007.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. In. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 04 de setembro de 2011.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor José Pereira Frazão na Corte Imperial (1870-1880). **Revista Brasileira da História da Educação**. Vol. 9. p. 109-138. Jan/Jun. 2005.

SILVA, Adriana M. P. da. **O trabalho docente em Recife e Olinda (1851-1890)**. Projeto de Pesquisa, Recife: UFPE, 2010. 41p.

SILVA, Adriana M. P. da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. 401p.

SILVA, Adriana M.P. **Espaços de normatização do português brasileiro: professores e alunos nas aulas de primeiras letras, na Corte e no Recife, em meados do século XIX**. Disponível em <http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/11122008003024.pdf>. p. 265-294. Acesso em junho de 2011.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcântara; TAVARES, Johelder Xavier. Formas de adoecimento de professores capixabas no século XIX: diálogos com o passado no presente. In. BARROS, Maria Elisabeth de Barros et. al. (orgs.). **Trabalho e saúde do professor: cartografias do percurso**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 182p.

